

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos nove de novembro de dois mil e dez, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Vice-Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Secretários Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Rubens das Virgens. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto para proferir o seguinte texto: Salmo 42(41): “Como a corça bramindo por águas correntes, assim minha alma está bramindo por ti, ó meu Deus! Minha alma tem sede de Deus, do Deus vivo: quando voltarei a ver a face de Deus? As lágrimas são o meu pão, noite e dia, e todo dia me perguntam: ‘Onde está o seu Deus?’ Começo a recordar as coisas e minha alma em mim se derrama: quando eu passava, à frente do grupo, em direção à casa de Deus, em gritos de alegria e louvor, no barulho da festa. Por que te curvas, ó minha alma, gemendo dentro de mim? Espera em Deus, eu ainda o louvarei: ‘Salvação da minha face e meu Deus!’ Minha alma se curva dentro de mim, e por isso eu me lembro de ti, desde a terra do Jordão e do Hermon, de ti, ó pequena montanha. Grita um abismo a outro abismo com o fragor de tuas cascatas; tuas vagas todas e tuas ondas passaram sobre mim. De dia o Senhor manda o seu amor, e durante a noite eu vou cantar uma prece ao Deus da minha vida. Vou dizer a Deus: ‘Meu rochedo, por que te esqueces de mim? Por que devo andar pesaroso sob a opressão do inimigo?’ Esmigalhando-me os ossos, meus opressores me insultam, perguntando todo dia: ‘Onde está o seu Deus?’ Por que te curvas, ó minha alma, gemendo dentro de mim? Espera em Deus, eu ainda o louvarei: ‘Salvação da minha face e meu Deus!’” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em

Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos projetos, dos requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 097/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que disciplina a outorga de concessão de uso de bem público que especifica (Estádio Alfredo Chiavegato), e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 098/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (Projeto Lar Feliz), a seguir, foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; 3. Ofício SEGOV nº 0603/2010, acusando recebimento do Requerimento nº 111/2010 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto referente à informações sobre a existência na municipalidade de projeto de lei visando a criação do Fundo Municipal de Esportes; 4. Ofício SEGOV nº 0604/2010, acusando recebimento do Requerimento nº 114/2010, do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, referente à informações se serão entregues presentes de Natal, neste ano, para os estudantes das Escolas da Rede Municipal de Ensino, bem como para as crianças das creches e EMEIS; 5. Ofício SEGOV nº 0605/2010, acusando recebimento da Moção nº 104/2010 do Sr. Rubens das Virgens e Outros de Congratulações e Louvor a todos os funcionários públicos de nossa cidade pelo seu dia, comemorado em 28 de outubro; 6. Ofício SEGOV nº 0609/2010, dando resposta ao Requerimento nº 084/2010 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, referente à informações sobre a existência de algum projeto de lei para a criação do Programa Bolsa Atleta Municipal; 7. Ofício SEGOV nº 0617/2010, dando resposta ao Requerimento nº 107/2010 do Sr. Airton Braulino Jorge referente à esclarecimentos em relação ao documento eletrônico enviado pela Diretora de Assistência à Saúde, e ratificado pela Secretária Municipal de Saúde, recebido por todos os coordenadores da área de saúde em que é solicitada a colaboração a fim de que os “funcionários da higiene” possam realizar seus serviços nos

mais diversos estabelecimentos de saúde no perímetro do Município, sob pena de providências drásticas; 8. Ofício SEGOV nº 0618/2010, dando resposta ao Requerimento nº 112/2010 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri referente à informações sobre os critérios utilizados para a notificação de multas referentes ao Alvará de Licença para Funcionamento, aos estabelecimentos comerciais locais, entre outras questões. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposições dos Senhores Vereadores: Projetos: 1. De Resolução da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal; 2. De Resolução da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre substituição dos Anexos nº I e II da Resolução nº 103, de 03 de março de 2000, depois de lidos foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações se para 2011 existe projeto de lei que regulamente o funcionamento das creches municipais em horário noturno; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de não estar sendo realizada a coleta de lixo no Jardim Europa desde o dia 28 de outubro do corrente, entre outras questões; 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a Banda Municipal “Maestro Paulo de Moraes Penteado”; 4. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São Paulo S/A instalação de um orelhão na Praça Reinaldo Chiavegato, localizada no Jardim Dona Irma. Indicações: 1. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal construção de um ponto de ônibus, com cobertura, na calçada da rua José Luiz Silho, próximo ao “bar do Miro”, no bairro Nova Jaguariúna; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal a retirada do monte de areia colocada na calçada da Avenida Lauro de Carvalho esquina com a rua Cel. Amâncio Bueno, em frente ao portão da Creche Santo Antonio; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal recolocar os bancos do ponto de ônibus instalado na calçada do Parque Benedito Bergamasco, no bairro Nova Jaguariúna; 4. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal limpeza de todas as ruas e sarjetas, bem como corte dos matos, nos bairros Nova Jaguariúna e Jardim Botânico; 5. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal a retirada dos entulhos depositados nos terrenos baldios em todo o Município, principalmente, ao entorno do centro da cidade; 6. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal providências

para o barulho excessivo que ocorre, a partir das quatro horas da manhã, na área do restaurante do Servidor Público, localizado na rua Paraná, Bairro Santa Maria, e também, para o mau cheiro que frequentemente exala daquela mesma área; 7. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal colocação de equipamentos para atividades físicas em toda extensão do Parque José Pires Junior, no bairro Florianópolis, para os frequentadores da “Melhor Idade”; 8. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal que as farmácias das Unidades Básicas de Saúde possam permanecer abertas 24 horas, a exemplo da existente no Hospital Municipal “Walter Ferrari”; 9. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal o aumento do policiamento em nosso Município, especialmente, no bairro Florianópolis; 10. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal limpeza geral na Praça Reinaldo Chiavegato e no córrego que se inicia no Jardim Dona Irma e deságua no rio Jaguari; 11. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal recapeamento da pavimentação asfáltica na rua Amazonas, trecho entre as Avenidas Antonio Pinto Catão e Alexandre Marion, no Jardim Planalto, e na rua João Frazatto, na Vila Guilherme Giesbrecht; 12. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal construção de calçadas, no bairro Florianópolis, nos seguintes locais: rua Joaquim Elias até rua Novaes, divisa com as Terras da Capela de Santo Antonio e Avenida José Dal’ Corso, em toda a extensão, bem como na esquina com a rua Francisco Sales Pires; 13. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal construção de ponto de ônibus com cobertura e banco, na Avenida José Dal’ Corso esquina com a rua João Batista de Oliveira Castro, no bairro Florianópolis, o mais rápido que possa, para beneficiar os muitos usuários daquela localidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 839346/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 60.099,00; 2. Comunicado nº 868047/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.525,00; 3. Comunicado nº 868048/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 60.099,00; 4. Comunicado nº 868049/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.416,16; 5. Comunicado nº 868050/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 224.426,32; 6. Comunicado nº 882535/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de

R\$ 10.448,03; 7. Comunicado nº 882536/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 224.426,32; 8. Comunicado nº 882537/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 10.448,03; 9. Comunicado nº 897186/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.840,00. 10. Comunicado nº 911519/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 10.448,03; 11. Comunicado nº 926107/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.928,46; 12. Comunicado nº 926108/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.750,00; 13. Comunicado nº 940654/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 60.099,00; 14. Ofício Circular Externo/MDS/SNASDEFNAS/CGEOF/Nº 30 do Fundo Nacional de Assistência Social sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 25.499,41. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações se para 2011 existe projeto de lei que regulamente o funcionamento das creches municipais em horário noturno, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de não estar sendo realizada a coleta de lixo no Jardim Europa desde o dia 28 de outubro do corrente, entre outras questões, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a Banda Municipal “Maestro Paulo de Moraes Penteado”, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Rubens das Virgens solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São Paulo S/A instalação de um orelhão na Praça Reinaldo Chiavegato, localizada no Jardim Dona Irma, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por doze minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Rainero Venturini e Rubens das Virgens que a passaram; tomou a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou

a todos, dizendo que só iria tecer um comentário rápido, a princípio, disse ao Sr. Presidente, sobre o ENEM, essa avaliação do Ensino Médio a nível nacional que, mais uma vez tinha dado problemas, e o Sr. Ministro Fernando Hadad, uma pessoa que ele conhecia pessoalmente, que ele tinha uma profunda admiração à pessoa dele e à capacidade técnica, mas ele tinha vindo a público dizer que ninguém seria prejudicado, e aí ele, Vereador, queria discordar do Sr. Ministro, porque não era questão que se iria ser prejudicado, o problema era que já se tinha sido prejudicado, e os estudantes que tinham estudado, tinham se preparado para uma prova, de repente iriam ter que ser submetidos a outra prova, e assim, quem já tinha prestado um Vestibular, uma prova sabia que nesta prova, num vestibular, e que este era um vestibular a nível nacional, cabia a sorte, também, não era só o preparo do estudo, cabia a sorte, porque nem toda a matéria se tinha o conhecimento dela de uma forma homogênea de toda matéria e que tinha a parte que se sabia mais, aquela parte que se sabia menos, e que a sorte, disse ao Sr. Presidente achava que estava em se ser questionado sobre uma parte em que se domina melhor a matéria ou não, e o maior prejudicado de tudo isso, entendia que era a credibilidade do ENEM, e que infelizmente ficava aí arranhado; outra coisa que queria comentar, era que a Casa iria precisar preparar seu espaço físico, porque em dois mil e treze, se Deus quisesse, iriam ter treze Vereadores aqui dentro e não mais nove Vereadores, isso porque o Censo tinha mostrado que a população de Jaguariúna era quase de quarenta e quatro mil pessoas, e nessa faixa populacional o número de Vereadores era de treze e não de nove; disse que só para se fazer um comparativo breve, a cidade de Holambra, o município vizinho, que tinha onze mil habitantes, tinha os mesmos nove Vereadores que Jaguariúna, queria dizer que Jaguariúna tinha quatro vezes a população de Holambra com o mesmo número de Vereadores; disse ao Sr. Presidente que ele entendia, que aumentando o número de Vereadores e que isso ele esperava e acreditava, que o atendimento à população, às reivindicações seria mais ampla e de fato aquilo de que a população necessitava e merecia; disse que ele tinha ali em suas mãos um ofício SEGOV, que vinha do Sr. Prefeito, dando resposta àquele requerimento que ele, Vereador, tinha feito, com relação à Secretaria de Saúde, nem todo mundo estava ali na ocasião, mas ele tinha levantado um documento eletrônico que tinha sido encaminhado para todos os assessores da área de Saúde, em que pedia a colaboração dos servidores da área de higiene, sobre tom que ele continuava considerando tom ameaçador, e que se se falava para uma pessoa: “Você tem que cumprir o que eu estou mandando para evitar que eu tome

providências drásticas contra você!” disse que entendia isso como tom ameaçador, e que para ele isso era ameaça sim, e que, infelizmente, o Prefeito, Sr. Gustavo Reis, ele, Vereador, tinha estado ali falando que naquela mesma semana ele tinha ido até o posto da senhora funcionária, e, pessoalmente ele tinha se justificado com a senhora funcionária e tinha assumido um compromisso com ela de que ela não sofreria qualquer tipo de perseguição ou de assédio, porque na verdade não partia do Prefeito, mas partia da Sra. Secretária e da Diretora dela, a Secretária Maria do Carmo, e a Diretora Ana Olívia; disse que cabia agora que ele recebia a resposta do Prefeito dizendo o seguinte: “O poder de disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores...” e comentou que estavam partindo da premissa que o servidor já tinha cometido uma infração, quando não havia cometido infração nenhuma, e que citava Hely Lopes Meirelles, e que ele, Vereador, gostava de dizer assim, que isso não lhe convencia, não concordava com a resposta do Sr. Prefeito; o Sr. Prefeito tinha sido infeliz dando essa resposta para ele e para a população e para os servidores de uma maneira geral, e disse o seguinte, que a lei, perdoasse a ele os advogados, o Sr. Presidente era advogado, mas a lei não era uma ciência exata, não era a matemática de dois e dois eram quatro, a lei se interpretava da maneira que lhe convinha, uma vírgula se interpretava de uma maneira que lhe garantisse vantagens, ou se interpretava de uma maneira que viesse causar prejuízo a outrem; disse que ele não concordava com a resposta do Sr. Prefeito, ele foi infeliz na resposta e, com relação ao tom ameaçador, não falava só do documento eletrônico, que tinha sido enviado aos assessores, falava do comportamento dessas pessoas e como já tinha dito e voltava a repetir que ele tinha testemunhas que estavam guardadas e que podiam vir na Casa a qualquer momento para esclarecer à população; disse que não era só o documento, era atitude e assim, o conjunto da obra, porque não era fato isolado, trabalhadores da Saúde eram muitos que já tinham procurado o Vereador, e tinha certeza que já tinham procurado outros Vereadores ali, reclamando sobre a tratativa que vinha da Secretária e de alguns de seus diretores e diretoras, e que era isso que ele não concordava, não concordava com aquilo ali, e que iria tomar uma atitude com relação a isso, também, disse ao Sr. Presidente, e que era o que ele tinha a dizer, desejou boa noite e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, parabenizando a participação da população, através de uma Escola Municipal que se fazia ali presente, e agradeceu pela presença de todos, e que ele gostaria de aproveitar e dizer que era com grata surpresa que

viram a matéria veiculada no jornal Jota Jota, onde dizia que o Concurso Público de Jaguariúna tinha sido cancelado em virtude de várias denúncias que tinham ocorrido, e esta Casa tinha levantado essa denúncia, através da Vereadora Karina, que fez com que todos eles ficassem estarecidos com o que estava acontecendo com o concurso público e a gratificação deles tinha sido que, realmente, ele tinha acabado culminando com o seu cancelamento, uma pena para as pessoas que tinham estudado, e tentaram de uma forma idônea participar de um concurso que, supostamente, entendiam que seriam em pé de igualdade para todos, mas infelizmente tinham visto inúmeras pessoas com cunho político e até mesmo com parentesco serem beneficiadas com o cargo, e achava que, realmente, a decisão tomada tinha sido a mais correta, e que esperava agora, que se fizesse um novo concurso onde, pelo menos, não se chamasse a mesma empresa da Paraíba, para executar este concurso em Jaguariúna, e que, realmente, usasse instituições que fizessem com que esse concurso fosse da maior lisura possível; parabenizou a todos que, realmente, não tinham concordado e não tinha como concordar mesmo da forma que estava sendo feito e tinha sido divulgado brevemente, em poucos minutos, os aprovados na internet, graças a pessoas que estavam sempre “internautas” e ligadas na Rede e puderam, realmente, extrair o conteúdo daquele rol de pessoas e, infelizmente, ali eles detectarem que, realmente, ali havia muita pessoa ligada à administração pública; parabenizou a todos que, realmente, tinham dado uma mão para que isso ocorresse, e que esperava, realmente, que agora o Concurso fosse da maior lisura possível; disse ser o que gostaria de dizer, e desejou boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos, em especial o Professor Robinho pela Escola, e agradeceu pela presença, e disse que gostaria de citar alguma coisinha em relação a um requerimento que ele tinha feito sobre o Restaurante onde era servido refeição aos servidores públicos e a reclamação que estava ocorrendo a ele como Vereador; comentou que o restaurante vinha sendo trabalhado, e começava o expediente por volta das três e meia, quatro horas da manhã, e era uma área residencial, e ali estava pegando que as pessoas que moravam ao redor não estavam conseguindo dormir por causa dos barulhos de exaustores, barulhos de conversa, etc. e também uma das reclamações principais, era o acúmulo de lixo dos resíduos que ficavam acumulados do lado ou atrás do próprio restaurante, e com este tempo de calor, o mau cheiro exalava e estava se tornando insuportável; disse de deixar ali um alerta para que a Vigilância Sanitária da própria Prefeitura, verificasse o que estava, realmente,

ocorrendo, e que essa reivindicação dos moradores, fossem analisadas para que esses problemas fossem resolvidos, porque aqueles exaustores que faziam barulho eram ligados às quatro horas da manhã, e tinham pessoas que levantavam cedo e não conseguiam dormir por causa do barulho, e pediu para que verificassem esse problema do Restaurante Municipal; disse que também tinha ficado grato em ler uma matéria no Correio Popular sobre a taxa de mortalidade zero infantil na Cidade, a qual a Cidade tinha recebido um prêmio pela ONU, pelo índice zero de mortalidade infantil, aqui da Cidade; disse que iria se lembrar de lá atrás, em noventa e sete, quando seu pai assumiu a Prefeitura e montou aquela parte da maternidade, e uma luta, praticamente, das outras administrações, concluindo com esta, e Jaguariúna hoje chegava à mortalidade zero infantil, sabendo que a taxa de mortalidade infantil no Brasil eram vinte e duas mortes a cada mil crianças nascidas, e no Estado de São Paulo eram quatorze mortes em cada mil nascidos e Jaguariúna tinha ficado com taxa zero; disse que era bacana, gratificante para a Cidade, gratificante da ONU, e disse de torcerem para que outras áreas da Saúde fossem melhoras igual à da maternidade; sobre o concurso disse, era solidário em relação aos colegas, mas assim como tinham as pessoas que foram beneficiadas por serem cancelados os concursos, mas tinham aquelas que foram prejudicadas, e que várias pessoas que tinham se sentido lesadas porque estavam bem colocadas, que estudaram, que vinham e mostraram apostilas grossas, que falaram que estudaram, e perguntaram se cabiam recursos, algumas coisas e se eles teriam alguma coisa se ele não atingisse uma classificação que eles tinham atingido hoje; disse que quanto à empresa, queria ser solidário com seus colegas, mas o mais importante era que tivesse a ética das pessoas que estavam comissionadas na Prefeitura, que tivessem a ética de não participar desse próximo concurso, e que seria a coisa mais coerente ali possível, e que ia fazer um requerimento, perguntando qual era o motivo do cancelamento do Concurso Público Municipal, e ver detalhes, o que eles iriam alegar, para explicar, também, para aquelas pessoas, também, que se sentiam lesionadas pelo sentido de que estudaram e tiveram uma colocação legal; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos, dizendo que ele aproveitava aquele momento para falar ali de uma grande conquista que, naquele dia, também tinha acabado seu fechamento, a consagração dela, que era a campanha salarial de sua categoria metalúrgica da Região, especificamente na Cidade, que tinham conseguido aí, um aumento importante de nove por cento, tendo aí um aumento real em torno de aproximadamente quatro por cento de

aumento real para a categoria metalúrgica, e isso abrangia treze mil metalúrgicos na sua região, e na Cidade de Jaguariúna em torno, aproximadamente de sete mil metalúrgicos; disse que isso era importante porque era mais dinheiro na economia local, e isso ajudava a cada vez mais desenvolver a economia, e colocar ali mais recursos na Cidade; disse que o importante era que nesse processo, hoje estavam vendo as empresas produzirem bastante, a economia estava crescendo, estava gerando emprego e isso para ele era extremamente importante, porque o Brasil naquele ano, o debate era se iria crescer sete e meio ou sete ponto sete, ou sete ponto oito por cento do PIB, e que isso, de fato, era muito importante, porque as empresas iam no sentido de estar aqui aumentando sua capacidade, e que ele tinha conhecimento aí de várias empresas, hoje, aqui, que estavam aumentando, como a Delphi, a própria Motorola, voltando a contratar e uma vitória importante, também, que eles tinham tido, era a diminuição do contrato temporário, não a sua extinção na totalidade, mas a diminuição dos contratos temporários de trabalho na Motorola, e que isso para eles era extremamente importante, e que também não eram só os metalúrgicos, mas também os químicos, que tinham data base agora, através da Presidente e Vereadora na Casa, também, que tinha tido uma excelente campanha salarial, e isso demonstrava a importância da economia, não só os nove por cento de aumento, mas como outros benefícios, que eles tinham conseguido aí com o aumento do piso, em torno, eles metalúrgicos, em alguns setores, tinham pego até quatorze por cento de aumento no piso salarial, e que isso, realmente, era importante; disse que era mais para coletivizar essa informação que naquele dia tinham acabado de fechar na mesa de negociação, na FIESP, essa campanha salarial; disse que queria também ali fazer um comentário a respeito do Censo, que tinha tido seu fechamento, e que ali tinha divulgado no seu site, o número dos habitantes da Cidade, e uma coisa importante que tinha lhes chamado a atenção que, em dois mil, tinham vinte e nove mil quinhentos e noventa e sete habitantes, e que se lembrava muito bem, a Cidade era muito menor, e hoje, dez anos após, quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e dois habitantes, e que isso dava o aumento aproximadamente em torno de quarenta e sete por cento, em torno de mil, trezentos e oitenta pessoas por ano que vieram morar aqui na Cidade; disse que isso, realmente, era importante, era bom, mas levantava aqui a preocupação que tinham que ter com Cidade, no sentido de pensar o presente e planejar muito bem o futuro, porque se de fato acontecesse as casas populares isso iria ter ainda um “boom” maior de pessoas que iriam estar morando na Cidade, porque

também mais outras casas de aluguéis iriam ficar aí ociosas e com certeza muitas pessoas iriam vir morar para cá, e a Cidade tinha que se preparar na questão de investimentos nas políticas públicas, porque hoje tinham muitos problemas com creches, com escolas, Hospital com certeza não iria dar conta, e que a cidade tinha que ser pensada, e programada com mais cuidado, com mais cuidado e maior investimento, e que um dos grandes problemas era que hoje, o recurso, o orçamento, também, tinha aí uma probabilidade de ter uma queda, e isso era preocupante porque a população aumentava, as demandas eram grandes, e os serviços públicos, de fato, se o dinheiro não fosse bem pensado, não fosse bem planejado, iriam faltar algumas coisas na Cidade, e que isso era fato, porque a população crescia, e as demandas também acabavam tendo e isso, realmente, era preocupante, não só pela questão do aumento dos Vereadores, mas também pela questão das políticas públicas que aí a população tinha que pensar e, principalmente, os gestores públicos, o Poder Público da Cidade tinha que pensar muito bem essas questões, e também ressaltava ali aquele título, o qual a Cidade conquistou da ONU, que era importante, extremamente importante, uma organização das Nações Unidas que dava um título para a Cidade de Jaguariúna e que não era qualquer coisa, tinham que ressaltar este trabalho importantíssimo, que a ONU estava lhes concedendo, digno de louvor, essa titularidade, e estava de parabéns todos aqueles que tinham contribuído e estavam contribuindo para alcançar esse objetivo e que esperavam que isso daí fosse neste ano, no que viria, todos os anos que eles pudessem bater recordes e recordes, e ali também, com relação à questão do Concurso Público, ele também ali fazia a sua colocação, no sentido de que, realmente, a questão pública tinham que tomar cuidado, e as pessoas sempre tinham que estar zelando pela coisa pública, porque de fato, era ruim para a Cidade ter aí pessoas, o concurso que tinha sido cancelado, pessoas que foram e estavam sendo prejudicadas, porque várias pessoas estavam dizendo: “Olha! Eu passei, tal, fiz a coisa certa e fui prejudicado.” Disse que todas as atitudes tinham que ser bem pensadas, porque acabavam, as pessoas, o Poder Público, mexendo com vidas, e que ficava indignado com esse tipo de atitude, a qual não era só pela questão da empresa de fora, a empresa lá de Paraíba, tal, mas pela questão da lisura, da transparência desse processo, e que isso era uma coisa que maculava a Cidade, e maculava as pessoas que tinham ficado em torno disso; foi cancelado, mas de qualquer forma, de fato, agradava um e desagradava outros, porque tinham pessoas, de fato, que tinham ido lá, estudaram, se debruçaram, para poder dar o melhor de si, para poder passar, e como ficava

agora, perguntou? E que essa era uma situação, e que era um negócio complicado; de fato foi cancelado, foi feito o que tinha que se fazer, era importante, mas ele repudiava esse tipo de coisa, porque não dava para concordar com esses concursos que eram feitos, que de fato tinham essas fraudes e pessoas que também tinham que ser punidas, tinha que ser investigado, a Administração também tinha que punir essas pessoas que de fato tinham feito este tipo de coisa; disse que era um pouco a sua opinião; agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, e disse que para sua surpresa, se dirigiu ao nobre Vereador Fred, também tinha visto na matéria deste fim de semana, que o Concurso tinha sido cancelado, e que para ela tinha sido uma surpresa, porque até então tinha achado que tinham supostos beneficiados no concurso, e que ela achava que a sua indignação e da Casa, o concurso não iria ser cancelado, porque até então não se tinha provas de que existiam beneficiados, mas a partir do momento que o concurso era cancelado, queria dizer que a desconfiança deles se concretizavam, e disse que queria que os nobres Colegas a entendessem, e os senhores e senhoras presentes, e que se ela chegasse em alguém dizendo que deveria ser feito um negócio porque tinha sido feito errado, se a pessoa não concordava e argumentava e lhe mostrava que ele estava certo, ele não cancelava, mas no momento em que se levantava uma denúncia, e o Poder Executivo cancelava imediatamente esse concurso, realmente, os levava a crer que tinha tido alguma coisa ilícita nesse concurso; disse que sobre sua fala, e se dirigiu ao nobre Colega Mauricinho, quando eles se organizavam e iam assistir a um jogo do Palmeiras deles, e acontecia uma briga no estádio, muitas vezes os bons torcedores pagavam pelos atos ilícitos das torcidas organizadas, e o jogo era suspenso, e que eles não podiam chegar no Ministério Público, e falar ao senhor Juiz que ela tinha se comportado bem, quem brigou foi a torcida organizada, porque iria suspender o jogo? O jogo era suspenso e os culpados eram responsabilizados; disse que ela entendia que muita gente que tinha passado no Concurso licitamente, realmente, ela iria ter mais um trabalho de fazer mais uma prova, mas com suas condições, com sua inteligência, eles iriam passar novamente no Concurso, e aqueles que tinham sido beneficiados de alguma forma não iriam conseguir passar mais; disse que ela achava que eles muitas vezes, toda a ação tinha uma reação, e muitas vezes as pessoas boas, de boas intenções, eram prejudicadas; disse que mais ou menos acontecia assim: as pessoas no Município que pagavam o IPTU em dia, ela pagava em dia, se proibia de pagar uma coisinha a mais e pagava em dia, quem não pagava, no

fim do ano fazia um acordo, descontados os juros e a mora, era a mesma coisa, tinha alguém que se prejudicava em pagar à vista, porque não pagou, guardou o dinheiro e aplicou, no final do ano tinha um desconto dos juros; disse achar que o Concurso, obviamente, tinha sido uma vergonha municipal, estadual e nacional, e que ela defendia que se trocasse essa empresa que tinha feito, não porque era na Paraíba, poderia ser noutro estado, poderia ser até em Buenos Aires, se fosse o caso, mas o que ela entendia era que no Estado de São Paulo, eles tinham a Fundação Getúlio Vargas; dos seiscentos e cinquenta municípios do Estado de São Paulo, seiscentos e dez faziam concurso com a Fundação Getúlio Vargas, e perguntou do porquê não se fazia com a Getúlio Vargas; disse que tinham que entender, e nisso ela concordava, que não era simplesmente cancelar o concurso, eles tinham que saber onde tinha existido o erro neste concurso, quem eram os responsáveis pelo erro deste concurso, onde ficou a Comissão Organizadora deste Concurso, e que ela concordava com o Mauricinho, que por uma questão de ética, parentes, amigos, namorados, namoradas de funcionários públicos de alto escalão não podiam participar deste concurso, porque ficava muito estranho, e que era a mesma coisa eles, aqui na Câmara, realizarem um Concurso de fim do ano, e o Presidente ganhar o prêmio, ninguém iria entender que tinha sido um sorteio lícito, e que, por uma questão de ética, o Presidente não poderia participar desse concurso; disse que achava que muitas esperanças tinham ficado para trás neste concurso, muita gente que estudou, muita gente que se preparou, mas, lamentavelmente, tinha muita gente que escolheu o caminho mais curto para se classificar e os prejudicou, então, esta Casa tinha a obrigação, a Câmara Municipal, de defender os cidadãos de bem, e que eles precisavam que aquele concurso fosse auditado, fiscalizado e supervisionado por esta Casa e por uma Comissão que tivesse a capacidade de evitar qualquer tipo de maracutaia para que alguém pudesse se classificar no concurso, e que achava que aí eles estariam, realmente, fazendo jus ao cargo deles de Vereadores, e com respeito ao título muito legal e muito honroso da Cidade ser classificada pela ONU como uma cidade com mortalidade zero, achava muito louvável e queria parabenizar a todos os envolvidos, mas que isso não servisse para tampar a porcaria que estava o Hospital, porque não adiantava nada salvar as crianças de não morrer quando nascia, que do jeito que estava iria morrer quando ficasse velho, porque tinha um ano para consulta, um ano para tomografia, um ano para dentista, um ano para não se sabia o quê, e que eles precisavam, também, era um prêmio que muito os orgulhava, mas era um prêmio que não poderia tampar o descaso do

Hospital que era hoje, porque poderia parecer engraçado, mas que ela queria ver um deles, ficar esperando uma tomografia um ano e meio, que até lá, ou a pessoa tinha morrido, ou a pessoa já sarou; disse que tinha gente com dor de dente que tinha que esperar, falou ao Sr. Presidente, tratamento, e disse que o Sr. Presidente também não ia no dentista e ficou com dor naquele final de semana; continuou dizendo que ele tinha que ficar dois ou três meses esperando, e entre outras coisas disse que ela estava adotando uma criança, que ela tinha levado no consultório do Dr. Airton, e que engessaram o braço dele sem precisar, e que o Dr. Airton era testemunha disso; comentou que tinham casos que tinha gente que chegava com dor, tinha gente que procurava remédio e não tinha; desejou que aquele título servisse para motivar o Hospital, que este título servisse para incentivar o Hospital, mas que este título não servisse para tampar o desastre no atendimento que era o Hospital, onde um Pronto Socorro, uma pessoa ia lá e tinha que esperar duas ou três horas para ser atendida, e que não era para vir com essa conversa, que tinha diminuído para quarenta minutos, que era mentira, e que tinha gente que demorava duas ou três horas para ser atendido, e era muito simples quando eles estavam ali numa comodidade com ar condicionado, achar que duas ou três horas era pouco, mas quando se estava passando mal, realmente, o tempo era muito longo; disse que esperava e voltava a repetir, que muitos poderiam fazer marketing desse título, falando que a Posse não tinha esse título, que Pedreira não tinha esse título, que Campinas não tinha esse título, mas poucas cidades no Estado de São Paulo tinham setenta e quatro mil reais por dia para por na Saúde, que esse era o orçamento que o Hospital tinha, setenta e quatro mil reais por dia, e que achava que certas coisas, seu pai tinha lhe ensinado, seu falecido pai, que era a mesma coisa: se trabalhava para caramba, se dava uma escola para seu filho, e ainda tinha que parabenizar porque ele tirava uma nota boa, e que achava que tirar nota boa quando se tinha condições de estudo, era uma obrigação do estudante, como achava que um Hospital, com o orçamento que se tinha, com a qualidade que sempre pretendiam ter, tinham a obrigação de dar este atendimento, e voltou a repetir que parabenizava a Cidade e a todos os envolvidos pelo título, mas que ele não servisse, repetiu, não servisse, para camuflar problemas sérios que tinham com o Hospital, com a falta de médicos, com a falta de médicos qualificados no Pronto Socorro, e que não tinham hoje, nenhuma UTI no Hospital, tinham uma semi UTI, não tinham uma UTI no Hospital Municipal de Jaguariúna e nem um tomógrafo computadorizado, e desejou que isso servisse, realmente, disse ao Sr. Presidente, para incentivar, motivar a equipe para que de nenhuma forma se

esquecesse que tinha gente dos quarenta e quatro mil habitantes em Jaguariúna que penava para ser atendido no Hospital, e desejou boa noite. A seguir, tomariam a palavra os Srs. Maria Nalva Vieira Game e Fábio Augusto Pina que a passaram. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 055/2010, do Executivo Municipal, dispõe sobre desconto no IPTU, quando pagos em parcela única. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 058/2010, do Executivo Municipal, dispõe sobre fornecimento de “cesta de natal” aos servidores da Prefeitura. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 3. Projeto de Resolução nº 003/2010, da Mesa da Câmara Municipal, dispõe sobre a cessão de dependências da Câmara Municipal de Jaguariúna para exposição permanente de artes e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 053/2010, do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe sobre denominação da Estrada Municipal do bairro Chácaras Recreio Primavera – antiga Estrada do Japonês. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Com emendas já

aprovadas. Em Discussão e votação o projeto foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 057/2010, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que dispõe sobre atendimento preferencial aos consumidores que usam sacolas reutilizáveis em todos os estabelecimentos comerciais no âmbito do Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Com emendas já aprovadas. Em Discussão e votação o projeto foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 018/2010, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição da Tabela I, da Lei Complementar nº 04, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município). (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 019/2010, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição da Tabela II, da Lei Complementar nº 04, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município). (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 051/2010, do Sr. Rubens das Virgens, que faculta o embarque e desembarque nos coletivos urbanos em locais aleatórios aos portadores de necessidades especiais. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). O Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos e feita de emendas; terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Terminada a leitura do parecer, o Sr. Presidente suspendeu novamente a sessão para a feita de emendas ao referido projeto; decorrido o prazo necessário para a elaboração das emendas, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura da seguinte emenda aditiva, de iniciativa dos Srs. Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge, acrescentando o art. 2º e o parágrafo único ao referido projeto, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: “Art. 2º O portador de necessidade especial deverá se identificar no momento em que solicitar a parada, no local que mais o favoreça. Parágrafo Único – A identificação aludida

no caput deste artigo deverá ser estabelecida através de regulamentação do Poder Executivo.” Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; a seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 051/2010, do Sr. Rubens das Virgens, que faculta o embarque e desembarque nos coletivos urbanos em locais aleatórios aos portadores de necessidades especiais. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, mas não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezesseis de novembro de dois mil e dez, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Fábio Augusto Pina  
Presidente**

**Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri  
Vice-Presidente**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto  
Primeiro Secretário**

**Vereador Rubens das Virgens  
Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

  
VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO  
Presidente da Câmara

